



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do
Complexo Estuarino-Lagunar do Vale do Ribeira

7ª Reunião Ordinária

26/06/2012 – Colégio SIGMA – rua Tenente Martins, 480, Centro, Apiaí

1. Informes;
2. Aprovação da ata da 6ª reunião ordinária;
3. Término da apresentação de Planos e Projetos Setoriais das Secretarias de Estado (Mosaico de Unidades de Conservação de Paranapiacaba, Secretaria de Logística e Transportes);
4. Início das apresentações das prefeituras.

1. Informes.

Isadora Parada (CPLA/SMA) deu início à reunião às 10h15, agradeceu a presença de todos, pois muitos vêm de longe e isso demonstra o comprometimento dos representantes.

Isadora informa que Claudinei, representante da COOPERAFLORESTA, solicitou que fosse incluída na pauta a discussão sobre o Mosaico de UCs do Jacupiranga e as propostas dos parques municipais em Iporanga e Apiaí. Apesar de serem temas importantes, Isadora solicitou que a discussão se limitasse a como essas UCs interferem na dinâmica de uso e ocupação do solo, que é a atribuição deste grupo setorial. Informa também que ainda precisam ser apresentados os projetos nessa da Secretaria Estadual de Logística e Transportes por meio de representante da DERSA e da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos. Marilson, gerente de administração da SABESP na região do Vale do Ribeira (sede em Registro), solicita que o plano de universalização da companhia seja apresentado na próxima reunião.

Isadora informa sobre o andamento do Gerenciamento Costeiro nos demais setores. No setor Litoral Norte, iniciaram-se os trabalhos de revisão do ZEE (Decreto Estadual n. 49.215/2004). Os representantes desse setor estão revendo, primeiramente, o texto do decreto, para depois passarem ao mapa.

No setor Baixada Santista, houve uma pequena manifestação da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado (PPI). Não houve questionamento jurídico, mas apenas destaque à necessidade de alteração do zoneamento de duas áreas, para evitar processos de desapropriação. A sanção do decreto do ZEE, prevê-se, poderá ocorrer a qualquer momento.

No setor Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia os representantes estão trabalhando na minuta do decreto e prosseguirão também com a definição do zoneamento marinho (até a isóbata de 23,6 metros).

Outro informe é sobre a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre a implementação do ZEE no restante do Estado. Isadora explica que essa lei não valerá para a zona costeira. A escala desse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

ZEE será 1:250.000 e a responsabilidade da proposta será da SMA com contribuição do grupo regional de representantes. Os municípios da UGRHI 14 – Alto Paranapanema poderão incorporar grupo de representação desse ZEE.

Ney Ikeda (DAEE) informa que no dia 29/06/2012 será feita a aprovação da deliberação de recursos do FEHIDRO e de que é preciso quorum mínimo para isso. Diz que o DAEE fará a distribuição aos municípios de um encarte em CD-ROM com dados de orientação para elaboração de planos de defesa civil. Esses dados foram gerados a partir do projeto de mapeamento das áreas de risco, com financiamento do FEHIDRO de responsabilidade da AMAVALES. Informa que o município de Eldorado já possui plano piloto de defesa civil em desenvolvimento. Juquiá, Sete Barras e Cajati também tiveram acesso aos dados para desenvolver os planos municipais de defesa civil.

2. Aprovação da ata da 6ª reunião ordinária.

Sobre a memória de reunião passada, Isadora diz que não recebeu nenhuma contribuição por e-mail. Pergunta se algum representante tem alguma consideração a fazer. Como ninguém se manifesta, o grupo considera a ata aprovada.

Conforme solicitado, Isadora apresenta cálculo aproximado com a simulação do repasse de ICMS Ecológico a partir da criação do Parque Estadual das Nascentes do Paranapanema. O valor para Capão Bonito deve dobrar a partir de 2014. Explica que a criação do Mosaico do Jacupiranga permitiu um rearranjo dos usos e atividades permitidos. Como exemplo, citou que haviam 2.000 famílias e até postos de gasolina dentro do parque e hoje a situação não é mais esta. Porém, a gestão da área é outro desafio e cabe à Fundação Florestal, também representada neste grupo setorial.

Isadora informa que foi instituída uma Resolução Conjunta da SMA e Secretaria da Fazenda para criar grupo de trabalho que realizará estudos para a revisão da legislação que trata do ICMS Ecológico e de outras compensações financeiras. Alguns representantes levantaram a questão de que deveria ser obrigatória a utilização desse recurso exclusivamente na área ambiental ambientais. Destaca que os municípios podem criar lei municipal que vincule a aplicação dos recursos oriundos desse repasse a projetos ambientais. Cita o exemplo de Cananéia, que aprovou lei que determina o destino de 2% dos recursos do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. O Estado não pode carimbar a aplicação dos recursos provenientes do ICMS Ecológico e a aplicação desse recurso deve ser analisada caso a caso .

3. Apresentação dos Planos e Projetos Setoriais.

3.1. Mosaico de Unidades de Conservação de Paranapiacaba e Parque Estadual Nascentes do Paranapanema.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

A apresentação é feita por Nilson Maximo, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e coordenação executiva do projeto Mosaico de Paranapiacaba e Parque Estadual Nascentes do Paranapanema.

Nilson inicia a apresentação informando que a região da RBMA se estende por 16 Estados onde o bioma ocorria originalmente. O Piauí é o último Estado a se incluído na região. Incorpora a faixa do mar em Abrolhos e a cadeia de Ilhas de Trindade e o contínuo da Serra de Paranapiacaba. O projeto do Mosaico de Paranapiacaba está dividido em duas fases. Na primeira, a equipe da RBMA encaminhou proposta de criação e ampliação de Unidades de Conservação (UCs) para o FUNBIO. Na segunda fase, com apoio da Fundação Florestal, encaminhou proposta de criação de novas UCs à Câmara de Compensação Ambiental. A equipe da RBMA realizou reuniões com gestores das UCs e desenvolveu estudos para aquisição amigável de áreas a serem acrescidas a seis áreas indicadas inicialmente. Com isso o projeto passou para 11 áreas selecionadas. A equipe passou a desenvolver estudos para aprovação de decreto de LAP (Limitação Administrativa Provisória), etapa de criação de UCs previsto na Lei Federal 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A LAP objetiva prevenir a realização de atividades potencialmente degradadoras na área de estudo. Nilson explica que, a partir da sanção do decreto, há um prazo de sete meses para conclusão dos estudos de criação da UC que não pode ser estendido.

Nilson explica que o Mosaico, previsto na lei do SNUC, não consiste, necessariamente, em recategorização das UCs. O objetivo do Mosaico é a gestão integrada das unidades.

Sobre o Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP), Nilson explica que a equipe da RBMA realizou estudos que identificaram mais de 17 picos com 1.000 metros de altitude, cerca de 1.002 nascentes do rio Paranapanema e áreas extensas de florestas muito conservadas. Há varias espécies ameaçadas de extinção. De 105 espécies de aves ameaçadas segundo a IUCN, 12 foram identificadas na região. Na área foi identificado, pela 2ª vez na historia, espécie de anfíbio que foi encontrada primeiramente no Estado de Santa Catarina. Nilson explica que a categoria de parque foi a mais adequada para a área e informa que a parte nuclear do parque (mais central) está localizada a mais de 12 km da borda, única situação verificada até o momento no país para o bioma Mata Atlântica. Isadora pergunta se há área particular. Nilson responde que há área devoluta ocupada identificada em levantamento de 1ª instancia (10º perímetro). Nilson explica que grande parte do 5º perímetro é formado por terras particulares. Na criação do parque, apenas quatro famílias permaneceram no parque, por constituírem comunidades tradicionais.

Nilson informa que também foram identificadas áreas disponíveis para exploração de filito (argila). A equipe da RBMA fez reuniões com interessados que haviam feito solicitação de exploração dessas áreas, mas que não haviam obtido autorização.

Nilson explica que para compensação de reserva legal, um dos meios possíveis é a criação de UCs de proteção integral. Se houver proposta de criação de parque municipal nesse sentido, informa que apenas a SMA poderá desonerar o interessado da obrigação de manter a reserva legal. Isso porque a SMA procede a estudos técnicos em função da prioridade de conservação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Nilson explica que o decreto de criação do Mosaico do Paranapiacaba prevê a incorporação de novas UCs – Nilson explica que é feito por decreto. Em novembro e dezembro de 2012, serão concluídos estudos de outras dez áreas a serem incorporadas. Está prevista a desafetação de uma parte do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) onde reside uma comunidade quilombola. Nilson informa que a desafetação de uma UC deve ser feita por meio de lei.

Nilson informa que estão sendo elaborados estudos, que não dependem de LAP, em São João de Guapiara, Paivas, Capinzal e no Banhado Grande. A gerência dessas áreas ficará a cargo da Fundação Florestal (FF/SMA). Chico, da prefeitura de Apiaí, pergunta se haverá repasse aos municípios para auxiliarem na gestão e fiscalização dessas áreas. Destaca que a parceria é fundamental e cita como exemplo a fiscalização dos palmiteiros dentro do PETAR. Nilson responde que há possibilidade de concessão de serviços em UCs segundo projeto da SMA. Donizete (FF/SMA) explica que a Fundação Florestal assumiu a gestão das UCs há cinco anos, e que a Fundação prevê a realização de concurso público, para atender a grande demanda por aumento de recursos humanos. Diz que a Fundação está criando a carreira de guarda-parque, com a previsão de concurso para preenchimento de cerca de 1.200 vagas de guarda-parques. Enquanto isso, o órgão está tentando suprir a falta de pessoal com a contratação de vigilância patrimonial. Donizete destaca que todas essas medidas vão no sentido de pensar de forma mais ampla a proteção de UCs e outras áreas protegidas. Donizete afirma que é possível fazer co-gestão (prevista na lei do SNUC) e convênios. Explica que nos últimos 10 anos houve diminuição do quadro técnico da Fundação devido a aposentadorias.

Nilson explica que o Mosaico prevê a definição de zona de amortecimento. E diz que os municípios podem fazer a co-gestão, até pelo fato de a zona compreender parte do mosaico. Diz que os recursos da Câmara de Compensação Ambiental podem ser utilizados pelos municípios para projetos de proteção ambiental. A Fazenda Nova Trieste, segundo Nilson, constitui uma das áreas mais protegidas e está dentro de uma área particular, cujo proprietário tem interesse de criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Nessa área há cultivo de palmito.

Francisco ressalta a importância de integração entre as Secretarias de Estado. Diz que falta investimento para a infraestrutura de transporte viário para viabilizar atividade econômica. Segundo ele, não existe melhoria do projeto viário para o Vale do Ribeira, o que diminuiria pressão sobre as UCs.

Nilson explica que o Mosaico fluminense possui roteiro turístico entre as UCs, elaborado por órgãos das três esferas de governo. Diz que é preciso ver oportunidade de negócios com o disciplinamento do uso e ocupação do solo e que a cadeia do turismo é ampla.

Hélio Shimada (Instituto Geológico/SMA) destaca para o desenvolvimento e ampliação da cadeia do turismo na região, a melhoria do acesso à região é fundamental.

Ney Ikeda, representante do DAEE, pergunta se existe conflito do projeto do Mosaico com as atividades de mineração e observa que há quatro áreas em disponibilidade para exploração. Helio explica que disponibilidade significa que o interessado requereu a exploração, mas que não cumpriu exigências e, por isso, perdeu essa possibilidade. Informa que existem mineradoras que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

estão solicitando renovação da exploração. Nilson explica que foram feitas conversas com empresas mineradoras, para evitar conflitos.

3.2. Apresentação da Secretaria de Logística e Transportes.

Denis Amorim, da gestão ambiental da DERSA, é quem faz a apresentação encaminhada pelo DER. Apresenta quadro resumo das obras concluídas, em andamento e previstas na gestão atual.

João Belizário, representante da prefeitura de Itaóca, destaca que falta conservação das estradas. Diz que as estradas para Ribeira e Itaóca apresentam muitos problemas. Segundo ele, os diretores regionais do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) deveriam participar das reuniões do Grupo Setorial para saberem desses problemas. Denis explica que o DER é responsável, em todo o Estado, pelas obras de manutenção das estradas. A DERSA, por sua vez, está voltada a implementação de projetos específicos, como a duplicação da rodovia dos Tamoios.

Donizete pergunta se, na concessão da rodovia SP250, 2% da arrecadação do pedágio seriam utilizados para manutenção das vias que convergiriam para essa rodovia concessionada. Denis não soube confirmar.

Renato Lisboa, representante do ITESP, diz que os projetos e investimentos estão definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Isadora complementa, dizendo que estava aberto no site da Secretaria de Planejamento, uma consulta pública que permitia a votação em prioridades de investimentos para a LOA 2013.

Denis apresenta quadro de obras vicinais e terminais rodoviários. Das obras vicinais, apresenta aquelas que estão concluídas, em andamento e autorizadas. Diz que levantará os problemas apontados pelo Grupo Setorial. Isadora lembra que os Planos de Ação e Gestão deverão incorporar essas demandas.

Claudinei, representante da COOPERAFLORESTA, diz que em Barra do Turvo há Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs) onde os agricultores familiares não conseguem transportar seus produtos. Um dos presentes comenta que há o sucateamento da manutenção das estradas e que o Estado não consegue atender, daí a necessidade dos municípios fazerem a sua parte, mesmo que seja dentro de uma UC estadual.

Claudinei diz que em Barra do Turvo há mais de 800 famílias sem energia elétrica e que no Mosaico de Jacupiranga há vários pontos que não conseguiram ser atendidos até hoje. Ele questiona a criação de um novo mosaico pelo governo do estado sem ter resolvido o problema do outro. Isadora responde são duas situações completamente diferentes e que não precisa esperar resolver 100 % problemas do Mosaico do Jacupiranga para criar o Mosaico de Paranapiacaba. No Parque do Turvo, 1.000 famílias foram atendidas com energia elétrica após pressão na ALESP. No dia 28 de junho haverá em Barra do Turvo uma nova discussão sobre a criação do Mosaico e novas UCs.

Nilson destaca que o conselho do Mosaico do Jacupiranga não foi criado e isso é fundamental. Se houvesse conselho e secretaria executiva, as demandas seriam encaminhadas com mais agilidade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Ney pergunta o que impede a criação do conselho. Nilson responde que o conselho do Mosaico é independente do conselho da UC e que a técnica que estava acompanhando o Mosaico Jacupiranga foi transferida para trabalhar no Litoral Norte.

4. Apresentação das Prefeituras Municipais.

4.1. Apresentação da Prefeitura Municipal de Eldorado.

A apresentação é feita por Edson Ney. Diz que possui material sobre o Macrozoneamento, que foi resgatado com a ajuda do Sr. Antonio Carlos (CATI/SAA), além dos 2 mapas base passados pela Isadora. Informou que o Macrozoneamento está na escala 1:250.000 e que a prefeitura começou a trabalhar sobre esse material. Diz que quer se reunir com Isadora, para contribuições e que se reuniu com o prefeito, para pensar a respeito da previsão de área de expansão urbana. Isadora diz que possui os mapas do Macrozoneamento em versão digital e que este prevê, no município de Eldorado, apenas as zonas Z1T, Z2T e Z3T. Isadora diz que parcelamento poderá existir a partir de Z4T e atividades industriais a partir de Z5T.

Edson diz que vem recebendo apoio do ITESP e que irá chamar Shulz (CETESB) e o Marcelo (ITESP) para mais contribuições.

Marcos Vinícius (Prefeitura Municipal de Juquiá) perguntou se há algum momento adequado para apresentar os projetos dos municípios. Isadora responde que são 20 municípios no setor Vale do Ribeira e espera que todos eles tragam seus planos e projetos, mesmo que não seja nas reuniões do Grupo Setorial. Lembra que a responsabilidade de elaboração do ZEE é conjunta, de todo o Grupo Setorial. Marcos Vinícius pergunta sobre restrições legais em APAs para loteamentos. Isadora responde que não é o Grupo Setorial, com a proposta de ZEE, que mudará as restrições já existentes em UCs. Isadora informa que a diminuição da proteção só é possível com norma de maior peso jurídico do que a que criou a restrição.

Isadora informa que o SIG-RB possui dados sobre o Vale do Ribeira e que podem ser acessados pelo site (www.sigrb.com.br). Fábio e Alex, que trabalham com o SIG-RB, se mostraram dispostos a ajudar no acesso dos dados. Isadora possui o Macrozoneamento de 1998 e 2004 e já enviou esses dados no formato kml para uso no Google Earth. Em relação às imagens SPOT de resolução 2,5m as prefeituras municipais podem requisitar à CPLA/SMA por meio de termo de compromisso. Isadora se prontificou a apoiar o grupo no uso dessas informações georeferenciadas.

Isadora lembra que Apiaí possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), o qual é um colegiado importante para contribuir com o processo de elaboração do ZEE. Isadora solicita que os representantes dos municípios se organizem para levantar as demandas conjuntamente, pois a proposta do ZEE é regional.

4.2. Apresentação da Prefeitura Municipal de Apiaí.

Francisco mostra a caracterização do território. O município surgiu em 1991 a partir da emancipação dos bairros dos municípios de Barra do Chapéu e Itaoca. De 2000 a 2010, mais de 10



A reunião foi finalizada às 13h. A próxima foi marcada para o dia 24/07/2012, às 9h00, no município de Iporanga. Endereço: Biblioteca Municipal, localizada na avenida Iporanga s/n.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Foto 1. Apresentação de Nilson Maximo, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). 8ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Colégio SIGMA – rua Tenente Martins, 480, Centro, Apiaí. Fonte: CPLA, 26 de junho de 2012.



Foto 2. Representantes e convidados da 8ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Colégio SIGMA – rua Tenente Martins, 480, Centro, Apiaí. Fonte: CPLA, 26 de junho de 2012.



Foto 3. Representantes e convidados da 8ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Colégio SIGMA – rua Tenente Martins, 480, Centro, Apiaí. Fonte: CPLA, 26 de junho de 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL



Foto 4. Apresentação de Denis Amorim, da DERSA/Secretaria Estadual de Logística e Transportes. 8ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Colégio SIGMA – rua Tenente Martins, 480, Centro, Apiaí. Fonte: CPLA, 26 de junho de 2012.